

**André Garcia Xerez Silva**

# **Tribunais de Contas e Inelegibilidade**

**limites da jurisdição eleitoral**

2ª edição

EDITORA LUMEN JURIS  
RIO DE JANEIRO  
2021

Copyright © 2021 by André Garcia Xerez Silva

Categoria: Direito Eleitoral

PRODUÇÃO EDITORIAL  
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Diagramação: Alex Sandro Nunes de Souza

A LIVRARIA E EDITORA LUMEN JURIS LTDA.  
não se responsabiliza pelas opiniões  
emitidas nesta obra por seu Autor.

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, inclusive quanto às características gráficas e/ou editoriais. A violação de direitos autorais constitui crime (Código Penal, art. 184 e §§, e Lei nº 6.895, de 17/12/1980), sujeitando-se a busca e apreensão e indenizações diversas (Lei nº 9.610/98).

Todos os direitos desta edição reservados à  
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Impresso no Brasil  
*Printed in Brazil*

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE

---

S586t

Silva, André Garcia Xerez

Tribunais de contas e inelegibilidade : limites da jurisdição eleitoral  
/ André Garcia Xerez Silva. – 2. ed. – Rio de Janeiro : Lumen Juris, 2021.  
216 p. ; 23 cm.

Bibliografia : p. 181-189.

ISBN 978-65-5510-106-5

1. Direito eleitoral. 2. Tribunais de contas - Brasil. 3. Jurisdição eleitoral. 4. Inelegibilidade. 5. Limites. I. Título.

CDD 342.8107

Ficha catalográfica elaborada por Ellen Tuzi CRB-7: 6927

# Sumário

<b>Apreciação Literocientífica Tribunais de Contas e Inelegibilidade: Limites da Jurisdição Eleitoral – 2 ed.</b> .....	XIII
<b>Nota à Segunda Edição</b> .....	XVII
<b>Prefácio</b> .....	XXI
<b>1 Introdução</b> .....	1
<b>2 Tribunais de Contas</b> .....	7
2.1 Fundamentos.....	7
2.1.1 Estado Social .....	8
2.1.2 Regime Republicano .....	15
2.1.3 Tribunais de contas na Constituição Federal de 1988 .....	20
2.2 Natureza jurídica .....	26
2.2.1 Limitações epistemológicas aos conceitos científicos .....	26
2.2.2 Controle externo .....	33
2.2.3 Órgão auxiliar autônomo .....	38
2.3 Exercício da jurisdição.....	42
2.3.1 Classificação.....	44
2.3.2 Jurisdição fora do Poder Judiciário .....	46
2.3.3 Coisa julgada e limites objetivos.....	49
<b>3 Desaprovação de Contas Públicas como Hipótese de Inelegibilidade</b> .....	55
3.1 Direitos políticos fundamentais e inelegibilidades .....	55
3.2 O advento da LC n. 135 e a constitucionalidade do art. 1º, I, “g” da LC nº. 64/90 .....	60
3.3 Princípios da proteção, moralidade e probidade.....	64
3.4 A hipótese de inelegibilidade e suas principais alterações .....	69
3.4.1 Competência para julgar as contas .....	71
3.4.2 Julgamento pela desaprovação das contas.....	78
3.4.3 Irrecorribilidade da decisão.....	84
3.4.4 Irregularidades insanáveis .....	91

3.4.5 Inexistência de provimento judicial suspensivo .....	100
3.4.6 Dolo da conduta .....	104
3.4.7 Ato de improbidade administrativa .....	111
<b>4 Controle da Decisão dos Tribunais de Contas pela Justiça Eleitoral .....</b>	<b>117</b>
4.1 Controle judicial de outros poderes .....	119
4.2 “Mérito” da decisão dos tribunais de contas .....	124
4.3 Discricionariedade administrativa e judicial .....	131
4.4 Discricionariedade e conceitos jurídicos “indeterminados” .....	138
4.5 Pré-compreensão e Espinosa .....	148
4.6 Limites do controle.....	164
4.7 Repercussão democrática .....	170
<b>5 Conclusão .....</b>	<b>177</b>
<b>Referências .....</b>	<b>181</b>